

| | | |
|---|--|---|
|  | Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa |  |
| Despacho | NP: 8ncveou4 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 03/12/2025 Requerimento nº 754/2025 Protocolo nº 12673/2025 Processo nº 3944/2025 | |
| Autor: Dep. Lúdio Cabral | | |

Com fulcro no art. 177, caput, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, a realização de Audiência Pública no dia 11 de dezembro de 2025, às 09h00, no Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour”, com transmissão pela TV Assembleia, **para debater os impactos da Reforma Administrativa – PEC 38/2025 que altera a Constituição Federal – sobre o serviço público, os servidores e a prestação de direitos sociais à população brasileira.**

JUSTIFICATIVA

A retomada da tramitação da Reforma Administrativa por meio da PEC 38/2025 impõe à sociedade brasileira e, em especial, aos servidores públicos, um gravíssimo desafio à concretização dos direitos sociais e à manutenção de um Estado técnico, profissionalizado e comprometido com a universalidade e a continuidade dos serviços públicos.

A proposta não deve ser interpretada como um mero aperfeiçoamento da gestão pública, mas como uma reestruturação profunda do papel do Estado, com sérios riscos à estabilidade institucional e aos direitos dos trabalhadores públicos. A ampliação de vínculos temporários, a adoção de “contratações precárias”, a substituição de carreiras efetivas por estruturas flexíveis, a imposição de remuneração via “tabela uniforme / níveis salários mínimos — teto” e a adoção de bônus por desempenho, acrescidos de metas gerenciais, constituem ofensivas que atacam não só servidores, mas também a própria qualidade dos serviços prestados à população.

Sob o discurso da “eficiência”, da “modernização” e da “racionalização administrativa”, há um forte viés gerencialista — voltado não à valorização da função pública, mas à precarização do trabalho, com consequências diretas sobre serviços essenciais como saúde, educação, segurança, assistência social, meio ambiente, dentre outros. A defesa de que a reforma promoveria “profissionalização” ignora que já não há serviços públicos sem servidores concursados, estáveis e comprometidos com o interesse público. Suprimir ou fragilizar a estabilidade significa submeter a prestação de serviços às pressões políticas e aos interesses de curto prazo, com grave risco de descontinuidade administrativa e “troca” de servidores a cada mudança de governo. Entidades sindicais e representantes dos servidores — federais, estaduais e municipais — alertam que a PEC 38 representa um “cavalo de Troia” legislativo: apesar de apresentada sob predicados como “modernização” e “eficiência”, ela dissolve carreiras, precariza vínculos e cria o ambiente ideal para a terceirização, terceirizados e empresas privadas assumirem funções hoje constitutivas do Estado, com risco

| | | |
|---|--|---|
|  | <p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p> |  |
|---|--|---|

de privatização de direitos sociais.

No âmbito educacional, por exemplo, já há forte mobilização de sindicatos da categoria que alertam para o fato de que a PEC, se aprovada, pode agravar o quadro de contratação temporária e terceirização, enfraquecendo a segurança do vínculo profissional e comprometendo a qualidade do ensino público.

Além disso, há graves denúncias de que a PEC 38 desrespeita princípios constitucionais estruturais — entre eles, a autonomia federativa, o regime jurídico próprio dos servidores públicos, o direito à estabilidade, a impessoalidade, a eficiência com dignidade e a proteção aos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988. Pareceres jurídicos elaborados por escritórios que acompanham o funcionalismo afirmam a existência de diversos vícios de constitucionalidade no projeto.

Em Mato Grosso, diversas entidades representativas têm construído uma **Frente Estadual em Defesa do Serviço Público**, entre as quais destacam-se **SINTUF-MT e FASUBRA, ADUFMAT/ANDES, ADUNEMAT, SINASEFE, CUT-MT, SINTEMA, SINDISEP, FESSP, SINDIJUFE, SISPUMC e SISMA**. Essas organizações têm promovido estudos, debates, mobilizações e ações de conscientização sobre os riscos da PEC 38/2024, dialogando com a sociedade e com os Poderes Públicos acerca de eventuais impactos administrativos, econômicos e sociais.

Por fim, o debate público e a participação da sociedade civil e dos servidores são absolutamente indispensáveis para que se avaliem com transparência os impactos reais da reforma. A falta de ampla consulta e de envolvimento das categorias afetadas fragiliza a legitimidade democrática da proposta — algo especialmente grave diante das profundas consequências para a estrutura do Estado brasileiro e para a garantia dos direitos sociais.

Dessa forma, resta evidenciada a urgência de uma Audiência Pública nesta Casa Legislativo-Estadual: para permitir que representantes das diferentes categorias de servidores, entidades sindicais, especialistas em direito público, economistas e cidadãos debatam de forma ampla, técnica e democrática os riscos e impactos da PEC 38/2025. Tal debate contribuirá para subsidiar a atuação dos parlamentares, orientar a população quanto às consequências da reforma e fortalecer a participação social no processo decisório.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 03 de Dezembro de 2025

Lúdio Cabral
Deputado Estadual